

Ata de Reunião Ordinária nº. 182

Aos 09 dias do mês de fevereiro de 2011 foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde nas dependências do Centro de Especialidades Médicas Jaime de Lima, Sítio a Rua Juriti esquina com Bonito do Campo, 1177, com início às 20:30 minutos o Presidente do Conselho Dr. José Roberto Vidotto deu início a reunião colocando como primeiro assunto a aprovação da ata nº.181 o Conselheiro Sr. Vicente Maurício de Meira não reclamou e sim informou que o Dr. Rodrigo do UBS – Panorama não vem cumprindo com o horário de atendimento e chegando atrasado no USB. Questionou também a resposta da carta enviada ao Dr. Rodrigo. Rever as linhas 46 e 48 não extrapolar o teto. A Conselheira Sandra informa que é de 120.000 habitantes a população de Arapongas atendida pela saúde, não a referida pelo IBGE de 104.000 habitantes. A explicação do IBGE é que existem muitos domicílios com estudantes e trabalhadores não considerados residentes no município. O secretário de saúde afirma que está se fazendo novo recadastramento para viabilizar mais duas Unidades de PSF, nova unidade no jardim São Rafael e Petrópolis. Dr. Vidotto informa e comunica aos Conselheiros como se encontra a discussão acerca dos plantões de pediatria e obstetrícia na cidade, face ao impasse com os hospitais que alegam dificuldades para encontrar profissionais nestas áreas dispostos a atender pacientes em regime de plantão pelo SUS. Entrega ao conselho cópia de processo em que foi remetido em fevereiro de 2.009 à Secretaria de Estado de Saúde, propondo discussão acerca do pagamento dos plantões médicos. O Estado do Paraná abriu para alegações da regional de saúde, do conselho municipal de saúde, da secretaria municipal de saúde, anexando cópia do contrato realizado com a Santa Casa de Arapongas e o hospital João de Freitas, chegando à conclusão que dada a contratualização, a responsabilidade pelo pagamento dos médicos plantonistas seria dos hospitais. Nesta alegação do Estado, os recursos disponibilizados são para pagamento da contra prestação de serviços oferecidos, devendo haver o atendimento de urgência e emergência além das especialidades oferecidas no contrato assinado pelos diretores das instituições. Disse ainda o secretário de saúde que no mês de dezembro de 2.010, dada a premência de haver suspensão do atendimento nestas especialidades pelo hospital João de Freitas que vinha realizando o atendimento desde outubro de 2.010 com a desistência da Santa Casa, o fato foi comunicado à Promotoria Pública da cidade que solicitou reunião inicialmente com a secretaria de saúde e diretores dos hospitais, posteriormente com os médicos, e dado o impasse de negociação pela proximidade do término do governo do Paraná, em posse de nova administração, concordou o município de Arapongas a destinar R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia aos hospitais de 10/12/10 a 10/01/11, quando a promotoria deveria convocar o Estado a participar da negociação, chegando a esta data, não havia ainda assumido o secretário de saúde do Estado do Paraná, tampouco a chefia da regional de saúde de Apucarana, o município concordou em prorrogar o acordo por mais 30 dias, vencendo em 10/02/11. Próximo desta data recebemos a comunicação de que o Estado do Paraná havia acatado a solicitação do hospital João de Freitas, tendo passado pelo conselho municipal de saúde e CIBs regional e Estadual, o aumento do número de AIHs, acrescendo 150 delas às destinadas ao hospital João de Freitas, além da elevação dos valores repassados ao hospital de aproximadamente R\$ 185.000,00

46 (cento e oitenta e cinco mil reais), cumprindo o que havia prometido o ex-secretário
47 de saúde do Estado Dr. Gilberto Martin, quanto ao atendimento obstétrico e
48 pediátrico na cidade. Na reunião com o município, representante da regional de saúde
49 de Apucarana Sr. Sebastião Serra, os hospitais e a promotoria realizada nas
50 dependências da secretaria de saúde em 07 de fevereiro de 2.011, a representante do
51 hospital João de Freitas não entendia assim, pois segundo sua alegação, as AIHs que
52 recebeu e o valor acrescentado representaria somente o meio de cobrança dos
53 procedimentos realizados e não se referia ao pagamento dos plantões médicos de
54 obstetrícia e pediatria, o que para a regional de saúde a questão já estaria resolvida,
55 havendo o oferecimento do João de Freitas da Santa Casa receber estas AIHs a mais e
56 o valor para assumir os plantões, havendo resposta deste hospital de que não
57 suportaria a demanda devido a condições de hotelaria. Solicitou o promotor a
58 disponibilidade do município suportar por mais um mês o pagamento dos plantões,
59 tendo o secretário de saúde solicitado que desse a resposta no dia seguinte, devido a
60 não dispor no momento de dados orçamentários para suportar mais uma demanda não
61 programada para o ano de 2.011, sendo a resposta negativa, não havia como dispor de
62 mais numerários pois as despesas de diversas áreas não podem ser desviados para
63 outros objetivos, havendo apenas a receita própria que complementa os demais
64 programas Federais, além de pagamento de pessoal da rede, plantões 18 e 24 horas,
65 centro de atendimento da mulher, materiais médicos e odontológicos, medicamentos,
66 além de muitos outros custos. Pediu o município que os hospitais enviassem planilhas
67 de custos para identificar ou não insuficiência de recursos para pagamento de
68 plantões com a verbas recebidas, pois não há como o município solicitar aumento de
69 valores para os mesmos, visto não dispor de dados fidedignos que possam confirmar
70 as afirmações dos hospitais, sendo que o Estado alega que dentro da contratualização,
71 existem recursos que não necessitam de produção, denominada incentivo a hospitais
72 filantrópicos, tocando à Santa Casa R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais mensais) e ao
73 hospital João de Freitas R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), não havendo
74 comprovação pela secretaria do destino destas verbas. Abriu-se a opção de
75 intermediarmos através das CIBs passando pelo conselho municipal de saúde
76 solicitações que nos fossem repassadas pelos mesmos no tocante a este assunto. A
77 resposta da auditoria do Estado de que a responsabilidade do pagamento dos plantões
78 é dos hospitais, foi dada em agosto de 2.009, época em que os hospitais foram
79 informados de que o município não mais arcaria com o pagamento de plantões
80 médicos, tendo a informação não documentada do secretário de saúde do Estado à
81 época que estaria resolvendo o assunto. Foi cogitado pelo secretário que devido ao
82 impasse, talvez fosse conveniente estudar a gestão plena da saúde pelo município de
83 Arapongas, pois assim receberíamos os recursos pagos aos hospitais, possibilitando
84 pagar aos mesmos, não como o é feito atualmente, em que o município não tem a
85 gestão de atendimento hospitalar, seja de pequena, média ou alta complexidade, pois
86 enquanto o município dispõe de pouco mais de vinte milhões de reais/ ano para tocar
87 toda sua demanda de saúde, cabe ao hospital João de Freitas trinta e cinco milhões,
88 pois os atendimentos hospitalares e de complexidade são mais dispendiosos, somente
89 recebendo estes valores e que poderíamos participar do pagamento de atendimento
90 hospitalares, apesar de o município, nem por isso deixar de atender em casos de

91 necessidades de materiais especiais, procedimentos que não podem ser cobrados por
92 extrapolação de cotas como cesareanas, mas tem seus limites. O Conselheiro Zanatta
93 comenta fazer estimativa do valor de cinco milhões de reais de incentivo que a
94 prefeitura de Apucarana recebe para poder aplicar nestas negociações, fato que com
95 Arapongas não ser possível, visto o incentivo ir diretamente aos hospitais, afirmando
96 que sempre tem defendido no Conselho de que a responsabilidade pelos plantões de
97 obstetrícia e pediatria nunca foi do município de Arapongas, a secretaria executiva do
98 Conselha Alzira Paulino também reforça a ideia de que não se deve aplicar dinheiro
99 do Fundo Municipal de Saúde em pagamento a plantões hospitalares, pois existem
100 demandas outras que precisam de recursos, o Conselheiro Toninho informa que as
101 atas das reuniões da contratualização estão muito fracas, estão fazendo só a
102 apresentação de forma sucinta das realizações, sendo feita a ata em poucas linhas,
103 fato comentado por outros integrantes da comissão, não havendo como verificar no
104 momento da reunião de forma clara os custos e o cumprimento das metas, pois o
105 dinheiro do Fundo Municipal de saúde não pode ser usado para pagamento de
106 plantões, o Conselheiro Zanatta informa que no dinheiro do Fundo estão todas as
107 rubricas, inclusive o mínimo de 15% de recursos próprios, não havendo destinação de
108 outros programas para pagamento de plantões, Dr. Vidotto informa que utilizamos
109 acima de 15%, entre 17 e 17,5% todo ano para podermos bancar as demandas da
110 saúde. A Conselheira Sandra Lacchi pede a palavra para contar como deu-se o
111 pagamento dos plantões pelo município de Arapongas, informa que em 2008 foi
112 feito um contrato pela prefeitura pagando os plantonistas via hospital, depois de
113 modo pessoal, depois via hospital via hospital novamente, até que houve a suspensão
114 do pagamento, tendo seu hospital assumido os plantões com a desistência da Santa
115 Casa, tendo acontecido tal fato em outubro de 2.009, sendo explicado pelo secretário
116 de saúde que tal fato se deveu ao recebimento do resultado do processo que foi
117 relatado anteriormente, tendo o Estado emitido parecer nesta época de que a
118 responsabilidade do pagamento dos plantões seria dos hospitais contratualizados, a
119 Conselheira Sandra informa ainda que os hospitais apenas cediam suas instalações
120 para que os médicos lá atendessem as duas especialidades, pois não dispunha dos
121 mesmos que aceitassem realizar o atendimento ganhando somente a produção, sem o
122 recebimento pelos plantões, agora inclusive pelo impasse estão nascendo menos
123 crianças pelo SUS, fato comentado pelo secretário que o município em seu centro de
124 atendimento à mulher teve uma elevação de 620 para 750 gestantes atendidas,
125 contrariando a redução de nascimentos pelos SUS na cidade, apenas que algumas
126 optam no final da gestação pela realização de atendimento fora do SUS, mas todo o
127 pré-natal e acompanhamento tem sido feito na rede municipal, além de exames
128 preventivos e de diagnóstico complementar. Relata ainda a Conselheira que somente
129 hoje ficou sabendo que o município não pagaria mais os plantões hospitalares, tendo
130 a informação do secretário de saúde que havia a negociação e a informação desde à
131 época em que foram suspensos os repasses, além de dizer do encaminhamento da
132 resolução da questão ao Estado em 09/02/09, e do parecer emitido pelo Conselho
133 Municipal de Saúde na data de 09/06/2009, onde o hospital também tem
134 representação, alegando a Conselheira que o hospital deve cumprir a meta para
135 receber o valor contratualizado, não havendo margens para pagamento de plantões.

136 O Conselheiro Zanatta informa que por mais de 14 ou 17 anos o HRJF vem
137 solicitando aporte de recursos para bancar os atendimentos do SUS, sem apresentação
138 de qualquer planilha que pudesse identificar realmente como é a forma de aplicação
139 dos recursos que pudesse ser entendida contemplando todas as fontes de recursos do
140 hospital, bem como o que não cumpre dos itens da contratualização, pois como disse
141 o Toninho, as atas não dão uma real situação das verbas recebidas. Dr. Vidotto
142 informa que desde novembro do ano passado a secretaria de saúde e o Conselho
143 municipal de saúde solicitou planilhas que possibilitassem interceder junto ao Estado
144 para maior aporte de verbas, não as tendo recebido até o momento, o Conselheiro
145 Toninho informa que nunca pediram para fazer uma avaliação dessa situação pelo
146 Conselho Municipal de Saúde. Passando para outro assunto da pauta sobre as
147 perspectivas para a área de saúde em 2.011, começa dizendo uma fala desta semana
148 da presidenta Dilma Russeff que disse ser o SUS imperfeito, que pode e deve
149 melhorar, dizendo o secretário que depende de verba sim, mas também de
150 gerenciamento e fiscalização dos recursos, tendo ficado temeroso do
151 contingenciamento de cinquenta milhões de despesas pelo governo Federal, mas que
152 a presidenta afirmou não haver cortes na saúde e na educação, o que nos deixa mais
153 tranquilos. Dr. Vidotto informa que praticamente toda a população se utiliza dos
154 serviços do SUS, seja na forma de retirada de medicamentos básicos, mais ainda dos
155 de alto custo, mesmo tendo planos de saúde, não cobrem internamentos mais
156 onerosos, sem limites de dias de internação, tornando um sistema que demanda
157 grande quantidade de recursos para ser suportado. Terminado o assunto o presidente
158 do Conselho acatando sugestão, pede que um conselheiro se dirija à reunião da CIB
159 na próxima terça-feira, caso seja discutida a questão de aporte de recursos para os
160 hospitais, sendo indicado o conselheiro Zanatta, que será avisado pela diretora de
161 saúde municipal que estará em Curitiba nesta segunda-feira para agendar a reunião. O
162 Conselheiro Vicente Maurício de Meira solicitou um veículo para a APPDA –
163 Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência de Arapongas onde ele presta
164 serviço voluntário para levar os deficientes a Apucarana para fazer Fisioterapia, Dr.
165 Vidotto perguntou o número de pessoas que terão necessidade de fazer fisioterapia
166 em outra localidade e repassar para o setor de transportes municipal, disse também
167 que no novo organograma da saúde há contemplação do pleito dos conselheiros da
168 criação do cargo de secretaria executiva do Conselho Municipal de Saúde, devendo
169 passar pela câmara de vereadores neste mês ainda. E desse modo sem mais assuntos
170 ou avisos, a reunião foi encerrada às 22:00horas . E eu Vicente Maurício de Meira
171 Secretario ADOCH e Alzira Paulino Secretaria Executiva deste Conselho lavramos a
172 presente ata.